

A IMPLANTAÇÃO E A CONVERGÊNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS NO BRASIL – LEI 6.404/76 X LEI 11.638/07 E LEI 11.941/09

**Rafael Costa de Meneses¹; José Alexandre de Oliveira Von Bloedau²;
Márcia Regina Vainer Santos³**

Estudante do Curso de Ciências Contábeis; e-mail: rafaelcostademeneses@gmail.com¹

Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: josealexandre@umc.br²

Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: marciaregina@umc.br³

Área de conhecimento: Ciências Contábeis

Palavras-chave: Contabilidade, Normas Internacionais, convergência contábil.

INTRODUÇÃO

A ideia de ser feita uma reformulação nas leis brasileiras de contabilidade vem desde o ano 2.000, com o plano de modernizar a contabilidade brasileira a fim de deixá-la com um caráter similar aos padrões internacionais. Segundo a Deloitte (2009, p.2), a respeito da mudança na contabilidade, se destaque que

(...) no sentido de harmonizar as práticas contábeis internacionais, a *IOSCO* (*International Organization of Securities Commission* – Organização Internacional de Comissões de valores Mobiliários) recomendou no ano de 2000 que os órgãos reguladores de mercado de capitais em cada país autorizassem as sociedades multinacionais a apresentar suas demonstrações financeiras segundo as normas internacionais de contabilidade.

O sistema contábil adotado no Brasil através das leis 11.638/07 e posteriormente a 11.941/09 objetivadas a atualização da Lei 6.404/76 tem como missão adotar gradativamente as normas da *Internacional Accounting Standards Board* – *IASB* (que surgiu em 2001 para substituir a *International Accounting Standards Committee* - *IASC*), entidade criadora das principais normas de contabilidade internacional, suas normas foram traduzida em grande parte pelo CPC (Comitê de Pronunciamento Contábil), podendo haver apenas algumas pequenas diferenças. Sobre a lei 11.638/07, segundo Iudícibus, Martins, Gelbcke, Santos (2010, p.20), “essa lei alterando a de nº 6.404/76, a Lei das S.A., foi a grande mudança que propiciou condições para a convergência às normas internacionais de contabilidade”. Com as recentes mudanças muitos profissionais da área não conseguiram se atualizar e adequar às novas normas, resultando em erros na forma contabilizar e apresentar as demonstrações contábeis.

Outro fator prejudicial à adoção das novas normas é que elas estão direcionadas em sua grande maioria a um número reduzido de empresas, ou seja, não influenciam a todas as entidades, havendo um grande número que não é atingido pelas novas leis, segundo Sá (2010, p.79):

(...) a lei 11.638/07 e 11.941/09 produziram alterações que atingiram contabilmente apenas pouco mais de 1.000 empresas, em um universo de cerca de outras 7.000.000 existentes, embora a isso se tenha seguido forte pressão para atingir a globalidade, sem, todavia, os pertinentes respaldos em leis.

OBJETIVOS

O objetivo deste artigo é apresentar aos contadores os principais impactos das leis 11.638/07 e 11.941/09, as mudanças nas demonstrações e formas de contabilizar evitando assim erros e enganos. Ainda hoje há dúvidas sobre como adotar os métodos das normas internacionais para que se faça a convergência contábil brasileira, isso em todos os sentidos, desde a implantação, legislação, uso e demais. Mesmo havendo uma quantidade relativamente baixa de artigos nas duas leis, se somadas elas possuem uma complexidade enorme, ainda mais se forem somadas aos pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC que também influenciam na forma de contabilizar e apresentar as demonstrações. Por haver inúmeras mudanças, o foco deste artigo ficou em apenas tratar principais mudanças na contabilidade, porém, que impactam tanto escritórios contábeis pequenos quanto os grandes, apresentando de maneira prática o que há de novo, podendo ainda assim, deixar de conter alguns assuntos aos quais muitos contadores podem vir a considerar como importantes.

METODOLOGIA

Após a coleta de informações antes e durante a pesquisa, essas são analisadas para verificar se há qualquer conflito de interpretação entre os autores a fim de chegar a um consenso. O artigo é feito através de revisão bibliográfica das publicações pesquisadas e das próprias leis sobre o assunto, tendo em vista sempre efetuar comparativos dos dados obtidos de qual a forma mais clara de explicação e se os entendimentos das partes apresentam igualdade de opiniões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisadas as principais mudanças, sendo que, mesmo em um estudo constante sobre a legislação e publicações é possível notar que a cada nova pesquisa surge uma nova informação sobre a maneira correta de contabilização, influenciando não apenas os métodos adotados para determinadas contabilizações como também influenciando na montagem da maioria das demonstrações. As mudanças iniciais e posteriores influenciaram todos os grupos de contas, ou seja, ativo, passivo e patrimônio líquido, sendo que, por conta de erros na primeira lei emitida, ou seja, a Lei 11.638/07 tornou-se necessária à emissão de uma medida provisória (MP 449/08) para corrigir alguns erros existentes na lei, sendo esta convertida posteriormente em lei (Lei 11.941/09).

CONCLUSÕES

Com as novas leis a contabilidade brasileira esta cada dia mais se assemelhando com a contabilidade internacional apresentada na *Internacional Accounting Standards Board – IASB*. Com base nas pesquisas efetuadas foi verificado que ocorreu um alto número de mudanças, as quais tiveram um grande impacto na forma de contabilização a qual os contadores já estavam acostumados, fazendo-se assim necessário, que todos da área tenham interesse de buscarem sobre as novas mudanças para se atualizarem e prestarem seus serviços da melhor forma minimizando ou eliminando possíveis erros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELOITTE. **Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS**. 1ª Ed. São Paulo, Editora Atlas, 2009. 260p.

IUDÍCIBUS, S; MARTINS, E; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de Contabilidade Societária**. 1ª Ed. São Paulo, Editora Atlas, 2010. 794p.

SÁ, A. L. **Normas Internacionais e fraudes em contabilidade: Análise Crítica** Introdutiva Geral e Específica. 1ª Ed. Curitiba, Editora Juruá, 2010. 260p.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Prof^ª.Márcia Regina e ao Prof^º. Me. José Alexandre de O. Von Bloedau por sua dedicação ao auxílio na elaboração deste artigo e também ao amigo e Prof^º.Me. Douglas Morais por ter me apresentado e informado das melhores oportunidades do mundo acadêmico no decorrer do curso.